

Parte 1 - 500 anos de presença judaica no Brasil

2º capítulo - O discurso do judaísmo brasileiro através da literatura e da arte

Carta exílio: Rui Barbosa e o processo do Capitão Dreyfus

Sarah Lerner Sadcovitz

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SADCOVITZ, SL. Carta exílio: Rui Barbosa e o processo do Capitão Dreyfus. In: LEWIN, H., coord. Agradecimento. In: *Identidade e cidadania: como se expressa o judaísmo brasileiro* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009, pp. 225-234. ISBN: 978-85-7982-018-2. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

Carta exílio: Rui Barbosa e o processo do Capitão Dreyfus

Sarah Lerner Sadcovitz¹

O trabalho cuja breve exposição iremos fazer inseriu-se no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, dentro da linha de pesquisa ‘Estado e Sociedade’.

O interesse pelo tema surgiu por ocasião do centenário do Caso Dreyfus, quando foram publicados, no Brasil e, principalmente, na França, inúmeros livros e artigos em jornais e revistas. Sobre este acontecimento tão marcante da história contemporânea do Ocidente, muitos historiadores e pensadores se detiveram, refletindo sobre seu papel na França e na Europa, no final do século XIX, e sobre seus desdobramentos no século XX. Entre eles, destacamos a filósofa alemã Hannah Arendt e os historiadores franceses Pierre Nora e Jean Denis Bredin.

Hannah Arendt, na sua obra clássica *Origens de totalitarismo: I. o antisemitismo, instrumento de poder*, dedica o quarto capítulo ao Processo Dreyfus, que considera como uma espécie de ensaio geral para o espetáculo genocida do nosso próprio tempo, uma antevisão da barbárie nazista do século XX. Pierre Nora, no livro *História: novos problemas*, o considera talvez como o primeiro acontecimento moderno na história da França: acontecimento moderno, para o autor, é aquele que se torna histórico por ser conhecido, seja através da imprensa, do rádio, da televisão ou de qualquer meio de comunicação de massa, que são a própria condição da sua existência. O historiador julga que determinados acontecimentos têm afinidades tão intensas com certos meios de comunicação que lhe parecem inseparáveis. E é assim que ele vê o Caso Dreyfus.

Já Jean-Denis Bredin, no livro *O caso Dreyfus*, destaca as suas especificidades, que fizeram com que se tornasse um marco na história contemporânea. O Caso Dreyfus foi o acontecimento fundador do poder da imprensa que, pela primeira vez, exercia uma forte influência sobre a vida

¹ Historiadora.

pública da França. Os jornalistas que nele se envolveram eram frequentemente escritores ou homens públicos que encontravam nos diários e gazetas o melhor veículo para a defesa de suas ideias: o grande fórum de debates não estava no Parlamento francês, mas, sim, na imprensa. Promoveu também, pela primeira vez, o engajamento coletivo dos intelectuais na vida da cidade e a sua entrada no cenário político francês – a partir de então, passaram a constituir um grupo de influência e de pressão que se transformou em uma das constantes da vida política francesa.

Outro aspecto que Bredin aborda é que o “Caso” serviu à ordem republicana e reforçou a democracia parlamentar, em oposição às forças do Exército e da Igreja, que mantinham a esperança de uma volta à França tradicional. Seria, portanto, a morte do sonho monárquico, o fim da nostalgia do retorno ao Antigo Regime.

Porém, “L'affaire”, como ficou conhecido, revelou também a submissão do poder político ao poder da imprensa e, mais ainda, a dupla face da imprensa: de um lado, veículo contra o arbítrio e contra injustiça, e, do outro, veículo de calúnia e fanatismo, instrumento dócil para aqueles que a fazem e para aqueles a quem se destina.

As notícias da traição, do julgamento e da cerimônia de degradação militar do Capitão Dreyfus chegaram também ao Brasil que, naquela ocasião, viva aos conflitos relativos à implantação da República. O *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, um diário com posição de destaque no mais importante centro político e jornalístico do país, publicou artigos enviados de Paris por seus correspondentes, relatando os acontecimentos que então convulsionavam a França.

Na mesma ocasião, Rui Barbosa, que se encontrava exilado em Londres, para onde fora a fim de abrigar-se das arbitrariedades praticadas pelo Marechal Floriano Peixoto, convidado a colaborar com aquele periódico, deixou-se seduzir e fascinar por um assunto que lhe fez renascer o desejo de lutar pela justiça: o processo do oficial judeu Alfred Dreyfus, acusado de trair sua pátria, a França.

Impressionado com o que lera na imprensa inglesa e com a crueldade da cerimônia da degradação militar, relatada nos jornais de 7 de janeiro de 1895, Rui intuiu que algo de errado havia em um processo feito a portas fechadas, sem provas e sem que o acusado tivesse o direito de defesa.

Decidiu, então, escrever para o público leitor do *Jornal do Comércio*, a primeira das “Cartas de Inglaterra”, na qual defendia, contra a opinião geral da França, o infeliz acusado.

Este artigo tornou-se um marco histórico e sobre ele e seu autor algumas obras foram escritas. Homero Senna, no livro *Uma voz contra a injustiça: Rui Barbosa e o Caso Dreyfus*, aponta a primazia de Rui como defensor do grande injustiçado, observando que o próprio Dreyfus, tomando conhecimento do texto de Rui, o considerava o seu primeiro advogado. Lúcia Lippi de Oliveira, por sua vez, em *A questão nacional na Primeira República*, considera como a tese principal do artigo de Rui: a forma inquisitorial que o processo ganhou na França seria impossível de acontecer na Inglaterra do seu tempo, onde a justiça estava acima das conveniências do governo, das crises políticas e do furor das tormentas populares.

Mário de Lima Barbosa, no livro *Rui Barbosa na política e na história*, ressalta que, no notável escrito de Rui, estava o primeiro grito da justiça defendendo o oficial, sendo, por isto, traduzido para o francês e publicado sob o título – *Le Premier Plaidoyer pour Dreyfus*. Paulo Amora, em *Roteiro de Rui*, acrescenta o combate que Rui trava, no texto, ao militarismo, e Rolando Monteiro, na obra *Ruy e o exílio*, comenta que a figura do inocente assemelhava-se a de Rui, exilado “sem culpa”. As cartas vinham da Inglaterra, mas o que retratavam eram, direta ou indiretamente, as ocorrências e as preocupações presentes sobre o Brasil. Lúcia Miguel Pereira, no prefácio de *Cartas de Inglaterra*, afirma que o propósito do seu autor era o exame da República brasileira em confronto com a monarquia inglesa.

Já Raimundo Magalhães _Júnior, na contribuição *Rui, o Homem e o Mito*, provocou não só uma polêmica ao negar o papel de Rui Barbosa como o primeiro defensor de Dreyfus – artigos em jornais revistas, debates, como também a publicação de livros refutando suas ideias: *Rui e a Questão Dreyfus: refutação a Raimundo Magalhães Júnior*, de José Soares de Mello e *Rui, o mito e o mico*, de Osvaldo Orico.

Finalmente, Jean Hauser, em “Ruy Barbosa et L’Affaire Dreyfus”, observou que Rui Barbosa, no exílio, provavelmente experimentava, com intensidade, os sentimentos de Dreyfus, vítima, como ele, um, da injustiça dos homens, o outro, do seu amor pela verdade.

No entanto, os textos pesquisados relativos aos primeiros anos da República brasileira, apontando para a arbitrariedade, a violência e a perseguição que então imperavam e que terminaram por atingir Rui, e, principalmente, as cartas que do asilo, na Legação do Chile, e do exílio enviou à sua esposa, que podem ser lidas em *Cartas à noiva*, e ao seu primo e amigo Antônio D'Araújo Ferreira Jacobina, encontradas em *Mocidade e exílio*, cartas que desnudavam seus sentimentos e nas quais se confessava infeliz, solitário, caluniado e, principalmente, injustiçado, levaram-nos a propor uma releitura do histórico texto.

Procurando no texto – documento os rastros do processo que o produziu e a marca daquele que o enunciou, tentando ir além da evidência da sua significação imediata, pretendeu-se demonstrar, no trabalho, que, ao protestar contra a injustiça sofrida pelo Capitão Dreyfus, evocava também Rui Barbosa sua dolorosa situação pessoal: pela voz do oficial judeu francês, fazia ouvir seu clamor contra a injustiça de que igualmente se julgava vítima. Rui escreveu sobre Dreyfus não só como um jornalista indignado lutando pela verdade, mas, acima de tudo, como um inocente identificando-se com outro inocente, pois ambos foram condenados sem provas e sofriam as agruras do exílio e do abandono sem merecê-las. O Caso Dreyfus transformou-se em um caso emblemático, através do qual Rui Barbosa apresentou a sua própria defesa. Alfred Dreyfus e a França são vistos como a metáfora de Rui Barbosa e do Brasil daqueles dias.

Roger Chartier, no livro *A História cultural, entre práticas e representações*, concebe o texto como um espaço aberto a múltiplas leituras, como o produto não só de uma escrita, mas também de uma leitura, uma construção do seu leitor, que nele pode perceber algo que foge à intenção do autor. Desta forma, Chartier anula o clássico corte entre leitura e escrita e afirma que a leitura de um texto pode escapar à passividade que frequentemente lhe é atribuída: ler, olhar ou escutar são uma série de atitudes intelectuais que, longe de submeterem o consumidor a toda poderosa mensagem ideológica e ou estética que supostamente o deve modelar, permitem, na verdade, a reapropriação, o desvio, a desconfiança ou a resistência.

Vistos desta maneira, os textos foram tratados utilizando-se a proposta metodológica sugerida pelo Prof. Dr. Orlando de Barros, durante o curso Semiologia, Linguística e História, por ele ministrado no Mestrado

em História Política da UERJ, em 1998, e que consiste em desvendar um texto – problema por meio de técnicas de análise e conhecimentos tomados de empréstimo à Linguística e à Semiologia. Ainda que o historiador não lance mão dos métodos linguísticos, ele fará sempre alguns empréstimos – conceitos, perguntas, referências.

A obra de Raoul Girardet *Mitos e mitologias políticas*, inspirada em Gaston Bachelard e Claude Lévi-Strauss, forneceu o arcabouço teórico para a análise que se pretendeu fazer, pois foi possível perceber, tanto no contexto do Brasil quanto no da França, a construção do que o historiador chama de mitos políticos, mais precisamente o mito da Conspiração, ao qual vem associado o mito do Salvador.

Ao abordar a questão da pluralidade do termo mito, Girardet destaca três concepções básicas: a dos antropólogos e historiadores do sagrado, entre os quais Mircea Eliade tem uma posição de destaque, a dos seguidores de Roland Barthes e a dos leitores de Georges Sorel.

Os antropólogos e os historiadores do sagrado consideram o mito como uma narrativa que se refere ao passado, mas que conserva, no presente, um valor eminentemente explicativo, uma vez que fornece um certo número de chaves para a sua compreensão. Para Roland Barthes e seus seguidores, no entanto, a noção de mito confunde-se com a de mistificação, uma vez que ele altera os dados da observação experimental e contradiz as regras do raciocínio lógico. Finalmente, os leitores de Georges Sorel (que, embora antissemita, foi um “dreyfusard”) veem o mito como apelo ao movimento, incitação à ação, considerando-o um estimulador de energias de potência excepcional.

Para Girardet, o mito político deve ser visto através da tripla dimensão por meio da qual ele se estrutura e se afirma: é fabulação, deformação ou interpretação objetivamente recusável do real, exerce uma função explicativa que possibilita uma certa compreensão do presente, que se mostra caótico, e tem um papel altamente mobilizador.

Tomando de empréstimo de Gilbert Durant o conceito de constelações mitológicas, isto é, conjuntos de construções míticas sob o domínio de um mesmo tema, reunidas em torno de um núcleo central, e privilegiando o caso francês nos limites cronológicos dos dois últimos séculos, o historiador examina, na sua obra, quatro grandes conjuntos

mitológicos – a Conspiração, a Idade de Ouro, o Salvador e a Unidade. Para o presente trabalho, o que nos interessa é o mito da Conspiração, ao qual se associa o mito do Salvador.

Os homens da Conspiração ou do Complô são homens que constituem, no interior de toda comunidade consciente de sua coerência, um corpo estranho que só se submete às suas próprias leis – eles são o Estrangeiro, o “partido do estrangeiro”, um perigo permanente para a segurança e a independência da pátria. Representam também as trevas, as forças do mal, o Demônio.

A denúncia de um Complô maléfico é utilizada pelo poder estabelecido para livrar-se de seus suspeitos ou de seus opositores e legitimar os expurgos e as exclusões, bem como para camuflar suas próprias falhas e fracassos. Esta denúncia, segundo Girardet, jamais deixa de se inscrever em um clima psicológico e social de incerteza, de temor, de angústia, de ameaça, de forte tensão social, enfim.

A crença na existência de um Complô demoníaco leva ao apelo ao Salvador, aquele que é o restaurador da ordem, o conquistador de uma nova grandeza coletiva, o Herói que canaliza todos os fervores de esperança de determinados grupos. Em torno dele, na submissão, na devoção e no entusiasmo, uma vida coletiva se reestrutura.

O que acontecia na França, no final do ano de 1894, quando Rui Barbosa estava exilado na Inglaterra? O que acontecera anteriormente no Brasil, para que Rui Barbosa estivesse, nesta ocasião, exilado na Inglaterra?

Pairava sobre a França, a ameaça de uma guerra contra a Alemanha. Vacuidade, inquietação, angústia, temor, incerteza e... traição! Denunciava-se um complô judaico aliado a uma potência estrangeira: os judeus conspiravam para arruinar a França e o ouro alemão aliciava cúmplices e espiões contra a Pátria. Um ódio espalhava-se por Paris, voltado para o principal inimigo estrangeiro, o alemão, e para os judeus, os mais estrangeiros entre os estrangeiros. As Forças do Mal.

Multidões enfurecidas, gritando: Morte! Morte aos judeus!

Antigermanismo. A França para os franceses!

Porém a direita francesa estava alerta e vigilante. Dela faziam parte os verdadeiros patriotas, que não mediam sacrifícios para defender a Pátria.

Quem não pensasse como ela, estaria definitivamente no campo oposto. A direita e o Exército, o Exército que se confundia com a Pátria, o Exército com a sua missão purificadora, o Exército, o Salvador. As Forças do Bem.

Pairava, sobre o Brasil, a ameaça da derrubada da República. Vacuidade, inquietação, angústia, temor, incerteza e... a Revolta da Armada! Denunciava-se um complô de monarquistas e lusos, os inimigos primordiais, a favor da Restauração. Um ódio espalhava-se pelo Rio de Janeiro, nos primeiros anos da República, voltado para o principal inimigo estrangeiro, o português. Os portugueses e os monarquistas. As Forças do Mal.

Multidões enfurecidas, gritando: Mata galego!

Lusofobia. O Brasil para os brasileiros!

Porém os jacobinos eram as sentinelas vigilantes da República, os verdadeiros patriotas, que não mediam sacrifícios para defendê-la. Quem não pensasse como eles, estaria, definitivamente, no campo oposto. Os jacobinos e o Exército, o Exército que era a República. Seu herói, Floriano Peixoto, O Salvador, purificaria, com a espada, o sangue do corpo social corrompido. As Forças do Bem.

Mito da Conspiração maléfica, nacionalismo exacerbado, xenofobia, o Exército Salvador.

O que nos possibilitou cruzar dois homens – Rui Barbosa e Alfred Dreyfus, atingidos, um, o construtor da República brasileira, por um violento e injusto acidente da sorte, o outro, um devotado oficial da artilharia francesa, por um trágico erro que o impediu de seguir o seu caminho? Um texto, uma carta escrita do exílio e publicada em um jornal do Rio de Janeiro. Nela, o jornalista e advogado brasileiro defendia o militar francês, que considerava injustamente condenado.

Porém, teria sido só o texto? Não seria possível estabelecer outros pontos de encontro? Em que aspectos estas duas vidas correram paralelas possibilitando, assim, estabelecer uma identificação entre elas, transitar de uma para outra e concluir que Alfred Dreyfus são a metáfora de Rui Barbosa e do Brasil daqueles dias?

Dreyfus era um soldado inteiramente devotado ao Exército francês e foi ele condenado, degradado, deportado. Rui foi o redator das primeiras leis do regime republicano, fez parte do Conselho de Ministros, foi o 1º

Vice – Presidente da República e foi por ela humilhado, violentamente afastado de tudo que lhe era fundamental para a existência, exilado. Considerados traidores, foram vistos como homens do Complô, homens das sombras, demônios, gênios do mal que espalhavam o veneno e a infecção. Eram vítimas do ódio e do desprezo. Representavam as Trevas.

Porém ambos se consideravam inocentes dos crimes pelos quais eram acusados e proclamavam veemente esta inocência. Seu passado era sem mácula, haviam andado sempre no caminho do dever e da honra. Foram injustiçados, condenados sem provas, passavam por privações e sofrimentos homéricos. Deus os abandonara. Até quando? No entanto, a veneração pela Pátria os faria resistir. Não tinham outro sentimento, outro desejo, outra inspiração a não ser servi-la.

Vendo o texto como um espaço aberto a múltiplas leituras, ousamos fazer a nossa. Interrogamos o texto, procuramos retirar os véus que o encobriam, buscamos o mundo que lhe era exterior e ouvimos os seus ecos. Lemos as cartas que Rui escreveu para sua esposa e para seu primo, nas quais desnudava a sua alma. Desta forma, foi possível ouvir, na histórica primeira das “Cartas de Inglaterra”, para além da defesa do oficial judeu francês, a sua voz condenando o governo ditatorial brasileiro e seus seguidores, e, mais do que isto, protestando veemente contra as injustiças de que se considerava vítima e proclamando sua inocência e seu martírio. O Capitão Dreyfus falava por Rui, ambos eram a mesma voz que clamava:

Por minha mulher e meus filhos, juro que sou inocente.

Crede-me, senhores, sou um mártir!

Durante muito tempo, os papéis históricos de Rui Barbosa, ao escrever a primeira defesa do grande injustiçado, e do *Jornal do Comércio*, ao publicá-la, ficaram ignorados. Não só no estrangeiro, como no próprio Brasil. Coube à História tirá-los do esquecimento. Mas isto não basta. É preciso refletir, hoje mais do nunca, sobre as questões que foram levantadas pelo jornalista na sua Carta do Exílio. Autoridades, cidadãos e imprensa continuam a condenar por impressões, a antecipar sentenças, a sentenciar sem provas, a confundir inocentes e culpados. Em nome dos interesses superiores da pátria, continua-se a violar, frequentemente, os direitos do homem e do cidadão. Não só no Brasil, como no estrangeiro.

Mais de cem anos depois do Caso Dreyfus. Mais de cem anos depois do exílio de Rui Barbosa.

Referências Bibliográficas:

- ARENDR, Hannah. *Origens de totalitarismo: I. O antissemitismo instrumento de poder*. Rio de Janeiro: Documentário, 1975.
- LE GOFF, Jacques, NORA, Pierre. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.
- BREDIN, Jean-Denis. *O caso Dreyfus*. São Paulo: Scritta, 1995.
- SENNA, Homero. *Uma voz contra a injustiça: Rui Barbosa e o Caso Dreyfus*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa; 1987.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na 1ª República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- BARBOSA, Mário de Lima. *Rui Barbosa na política e na história 1849-1914*. Rio de Janeiro: Briquet, 1916.
- AMORA, Paulo. *Roteiro de Rui*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1957.
- MONTEIRO, Rolando. *Ruy ia exílio*. Brasília: Senado Federal, 1976.
- BARBOSA, Rui. “Cartas de Inglaterra”. In: . *Obras completas de Rui Barbosa*, volume XXV, Tomo, 1898. Rio de Janeiro: Ministério de Educação e Saúde/Casa de Rui Barbosa, 1946.
- MAGALHÃES, Júnior, Raimundo. *Rui, o homem e o mito*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.
- MELLO, José Soares de. *Rui e a Questão Dreyfus*. 1º volume. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1968.
- ORICO, Osvaldo. *Rui, o mito e o mico*. Rio de Janeiro: Record, 1965.
- HAUSER, Jean. “Ruy Barbosa et l’Affaire Dreyfus.” *Revue Rencontre – Chretiens et juifs*, Paris (7) Septembre, 1968, p. 8.
- BARBOSA, Rui. *Cartas à noiva*. Prefácio de Maria José Queiroz. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa/Civilização Brasileira, 1982.

_____. *Mocidade e exílio*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934, 2ª edição, 1940.

CHARTIER, Roger. *A história cultural, entre práticas e representações*. Rio de Janeiro – Lisboa: Difel/Bertrand, 1990. GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.